

MULTIDISCIPLINARIEDADE E INTERDISCIPLINARIDADE NA GRADUAÇÃO EM RI: O ENSINO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Multidisciplinarity and Interdisciplinarity in International Relations: teaching History and Theory of International Relations

Felipe Loureiro¹

Feliciano de Sá Guimarães²

¹Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, SP, Brasil. **E-mail:** felipeloureiro@usp.br. **ORCID:** <http://orcid.org/0000-0001-8159-2543>

²Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, SP, Brasil. **E-mail:** felicianosa@usp.br. **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-8069-4967>

Recebido em: 01 out. 2018 | Aceito em: 08 abr. 2019

RESUMO

Este artigo apresenta os resultados de uma experiência interdisciplinar que vem sendo implementada em um curso de Relações Internacionais do Instituto de Relações Internacionais de Universidade de São Paulo entre as disciplinas de História das Relações Internacionais e Teoria das Relações Internacionais. Essas disciplinas foram estruturadas a partir de um eixo temático comum (segurança internacional e origem de guerras, em particular a 1ª Guerra Mundial), a fim de viabilizar uma melhor interação entre as áreas de História e Ciência Política, tendo em vista a predominância de internacionalistas com formação em Política Internacional na oferta de cursos de Teorias de RI. Os resultados sugerem que as diferenças de abordagem teórico-metodológica entre História e Ciência Política, amplamente reconhecidas pela literatura, e que dificultam a integração entre essas disciplinas, também abrem ricas perspectivas para que limitações de um campo do conhecimento sejam compensadas pelas vantagens do outro.

Palavras-chave: Ensino, Interdisciplinaridade, Multidisciplinaridade.

ABSTRACT

This paper presents the results of an interdisciplinary experience that has been implemented in an International Relations course at the Institute of International Relations at the University of São Paulo between the disciplines of International Relations History and International Relations Theory. These disciplines were structured around a common thematic axis - international security and origin of wars, particularly World War I - to enable a better interaction between the areas of History and Political Science. The results suggest that the differences in the theoretical-methodological approach between History and Political Science, widely recognized in the literature, and which hinder the integration between these disciplines, also open rich perspectives for limitations of one field of knowledge to be offset by the advantages of the other.

Keywords: Teaching, Interdisciplinarity, Multidisciplinarity.

INTRODUÇÃO

Estudiosos cada vez mais reconhecem e valorizam a importância de tentativas de integração entre áreas do conhecimento em Ciências Sociais. A crescente complexidade da realidade social contemporânea, aliada à busca de conhecimentos menos compartimentalizados, tem levado um número grande de pesquisadores a buscar formas de relacionar e conectar abordagens teórico-metodológicas para refletir sobre objetos e processos comuns (Frodeman, 2014, Callard e Fitzgerald, 2015). Talvez em nenhuma outra área de conhecimento a centralidade do esforço de integração entre disciplinas seja tão fundamental quanto em Relações Internacionais (Ventura e Lins, 2014). Pensar a realidade internacional a partir de vieses tipicamente compartimentalizados (Direito, Economia, História e Política Internacionais, por

exemplo) constitui tarefa claramente inapropriada para analisar fenômenos da realidade contemporânea global.

O imperativo crescente de integração entre áreas de conhecimento em RI não significa que essa tarefa seja simples. Não somente a institucionalização de campos do saber torna difícil elaborar e implementar projetos de ensino e pesquisa interdisciplinares, como a própria especificidade das áreas de conhecimento, com seus vocábulos, métodos e abordagens teóricas próprias, traz obstáculos quase intransponíveis para que estudiosos rompam a barreira da simples justaposição de disciplinas (multidisciplinaridade) e construam uma genuína integração entre áreas do saber (interdisciplinaridade) (Ventura e Lins, 2014).

Neste artigo, parte-se do pressuposto da centralidade de elaboração de projetos comuns de ensino para uma bem-sucedida integração disciplinar em Relações Internacionais no Instituto Relações Internacionais da Universidade de São Paulo. Além disso, destaca-se o fato de os autores estarem baseados em uma instituição acadêmica cuja proposta curricular foi, desde o início, a de promover a integração de disciplinas por meio da multidisciplinaridade (ou integração *a posteriori*). Isso reforçou ainda mais a importância de docentes dialogarem quando da elaboração de seus cursos, buscando ajudar alunos a romper barreiras de compartimentalização de áreas da grade curricular.

Nasceu daqui, portanto, o objetivo de tentar estabelecer uma efetiva interdisciplinaridade entre as áreas de História e Política Internacional, lançando mão como projeto piloto a integração de duas disciplinas obrigatórias do bacharelado em RI – História das Relações Internacionais e Teoria de Relações Internacionais. O exercício foi conduzido em uma instituição acadêmica na qual essas disciplinas são oferecidas no 2º e 3º semestres, respectivamente. Além disso, na instituição em questão, a área de Política Internacional tradicionalmente ministra o curso de Teoria das RIs – daí o porquê de esse exercício ter se referido, no fundo, a uma tentativa de integração entre as áreas de História das Relações Internacionais e Política Internacional. A experiência analisada neste artigo ocorreu entre os segundos semestres de 2015 e 2016 e os primeiro semestre de 2016 e 2017.

Para viabilizarmos a construção de um ensino interdisciplinar, teve-se que fazer dois recortes: um de caráter temático e outro de cunho teórico-metodológico. Quanto ao primeiro, decidiu-se focar atenção em um tema que fosse fundamental para as áreas de História e Política Internacional, a fim de que um mesmo objeto pudesse iluminar (e ser iluminado) de maneiras distintas por esses dois campos do saber. O tema escolhido foi segurança internacional, em particular a questão da origem de guerras no mundo contemporâneo. Neste artigo, especificamente, relataremos nossa experiência de ensino tomando um estudo de caso – as origens da 1ª Guerra Mundial, 1914-1918 – como exemplo.

Quanto ao recorte teórico-metodológico, decidiu-se abordar a temática da origem das guerras a partir de perspectivas ontológica e epistemológica comuns em História e Política

Internacionais; caso contrário seriam criados obstáculos intransponíveis para construir uma interdisciplinaridade entre áreas. Buscou-se, assim, realizar uma integração de perspectivas neopositivistas de História e Política Internacional.

Apesar das inúmeras dificuldades em integrar História e Ciência Política, a experiência didática aqui analisada apresentou resultados extremamente profícuos, já que limitações recíprocas de ambas as áreas se complementam, iluminando aspectos novos de objetos em comum. Esse aspecto da complementaridade foi bastante reforçado junto aos alunos. A experiência também foi importante com vistas a ensinar futuros projetos de pesquisa.

O artigo tem cinco seções. A primeira parte apresenta considerações sobre diferenças e aproximações entre História e Ciência Política de viés neopositivista. A segunda e terceira seções exploram o caso da 1ª Guerra Mundial do ponto de vista da História das Relações Internacionais e da Política Internacional, respectivamente. A quarta seção discute os efeitos da interdisciplinaridade sobre cada uma dessas duas áreas de conhecimento, com base nos resultados da integração disciplinar realizada no bacharelado em RI. A quinta parte, por fim, apresenta as conclusões.

1. CONSIDERAÇÕES SOBRE INTEGRAÇÃO ENTRE CIÊNCIA POLÍTICA E HISTÓRIA

Decidimos iniciar nossa experiência de integração disciplinar relacionando perspectivas neopositivistas das áreas de História das Relações Internacionais e Política Internacional, deixando as abordagens pós-modernas para estudos posteriores. Apesar disso, integrar História das Relações Internacionais e Política Internacional de vieses neopositivistas não é tarefa simples. Estudiosos levantam pelo menos três grandes pares de características entre essas áreas que tornariam difícil a construção de uma efetiva interdisciplinaridade (Schmidt, 2012; Smith, 1999; Elman e Elman, 2008; Bandarra, 2010; Levy, 1997; Hobson e Lawson, 2008).

Em primeiro lugar, destaca-se a contraposição entre o caráter ideográfico da História e a natureza nomotética da Ciência Política. De um lado, explicações historiográficas sobre eventos e processos tendem a ser marcadas pela singularidade, isto é, pela busca de características específicas que teriam levado à ocorrência do objeto em estudo – no exemplo utilizado por este artigo, o porquê de a 1ª Guerra Mundial ter ocorrido. Do outro, cientistas políticos tendem a se preocupar não com causas de fenômenos particulares, mas com o modo pelo qual fenômenos específicos poderiam iluminar a ocorrência de instâncias gerais desse mesmo fenômeno – ou, em outras palavras, como o estudo das causas da 1ª Guerra Mundial poderia ajudar a entender causas de guerras em geral.

Em segundo lugar, e como implicação da própria diferença anterior, tem-se o contraste na própria natureza das explicações de História e Ciência Política. Historiadores tendem a construir explicações com base em determinado problema, negligenciando por completo a ideia de hipóteses fechadas, além de partirem de um encadeamento lógico-cronológico de eventos e processos, enquadrando-os no interior de uma típica estrutura de narrativa. Cientistas políticos,

ao contrário, tendem a construir explicações conectadas diretamente a teorias – e, portanto, a hipóteses sobre como determinado problema pode se desenvolver.

Por fim, uma terceira diferença crucial entre História das Relações Internacionais e Política Internacional, e que também decorre dos contrastes anteriores, refere-se à própria natureza das explicações históricas e políticas. Historiadores tendem a explicar fenômenos por meio de conjugação de diversos fatores causais, relacionando-se de modo complexo; cientistas políticos, por sua vez, tendem a preferir explicações parcimoniosas, ou seja, explicações dentro das quais apenas fatores cruciais devem se fazer presentes, deixando elementos secundários fora do modelo explicativo. Historiadores muitas vezes enxergam nesse caráter parcimonioso das explicações da Ciência Política uma simplificação excessiva de processos históricos intrinsecamente complexos, e que, portanto, necessariamente produziria explicações equivocadas, ao passo que cientistas políticos neopositivistas tendem a ver a explicação de fenômenos a partir da conjugação de múltiplos fatores causais – como historiadores tendem a fazer – como algo prolixo e muito singular.

A partir da constatação dessas diferenças de abordagem entre História das Relações Internacionais e Política Internacional, elaboramos uma estratégia para construir uma interdisciplinaridade efetiva entre as disciplinas de História e Teoria das RI. Na medida em que a disciplina de História é ofertada antes no currículo do bacharelado em RI na instituição onde o exercício foi realizado (Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo) do que o curso de Teoria (2º e 3º semestres, respectivamente), consideramos que o mais apropriado seria nos perguntar: como o curso de História das Relações Internacionais, que tem como foco o século XX, poderia fazer com que alunos aproveitassem melhor o curso de Teoria de Relações Internacionais?

Nesse sentido, decidimos utilizar o curso de História como um momento para que alunos tivessem contato com diferentes interpretações historiográficas sobre um mesmo objeto. É importante frisar que essa seção da disciplina de História de Relações Internacionais na qual o exercício foi inserido é lecionada com textos que não incluem contribuições da chamada Escola Inglesa de Relações Internacionais, já que esta é formada essencialmente por internacionalistas e/ou cientistas políticos, e não por historiadores das relações internacionais.

Em termos de objeto, como já mencionamos, escolhemos um dos temas mais importantes da área de Relações Internacionais, que é o tema de segurança internacional, em particular a questão da origem de guerras. A ideia foi a de apresentar aos alunos diferentes visões sobre as origens das 1ª e 2ª Guerras Mundiais, além de discutir as origens da Guerra Fria. Com isso, visava-se propiciar aos alunos, no momento em que estes fossem expostos às teorias avançadas de RI, um olhar empírico crítico sobre como essas teorias são construídas do ponto de vista histórico.

A fim de exemplificar como o nosso trabalho foi desenvolvido, apresentamos a seguir, a título de exemplo, o caso da origem da 1ª Guerra Mundial (1914-1918). Discutiremos inicialmente

como esse objeto é abordado em História e Política Internacionais; depois, refletiremos sobre como diferenças de abordagem podem contribuir para aprimorar tanto o curso de História das RIs, quanto os cursos de Teoria de Relações Internacionais com base em Política Internacional.

2. ORIGENS DA 1ª GUERRA MUNDIAL SOB A PERSPECTIVA DA HISTÓRIA

De modo geral, pode-se dizer que há duas grandes tendências historiográficas sobre as origens da 1ª Guerra Mundial. Essas perspectivas persistem ao longo do tempo com diferentes roupagens. Em termos sumários: enquanto a primeira tendência tende a ver conflito como um evento cujas origens não poderiam ser creditadas a um único estado nacional, a segunda tende a identificar um único estado, ou um grupo de estados nacionais, como principal responsável pela guerra.

Na primeira tendência, encontra-se a interpretação de Christopher Clark (2014), talvez uma das mais simbólicas (porque recentes) dessa perspectiva. Clark entende que a origem da 1ª Guerra se relaciona a um complexo conjunto de fatores, sobre os quais não se poderia, de modo algum, resumir a um único estado nacional. Clark entende que a Tríplice Entente teria constituído o ponto central desse sistema de alianças. Em outras palavras: não teria sido Berlim que teria gerado a rivalidade entre Alemanha e Tríplice Entente, mas, ao contrário, fora o próprio surgimento da Entente que teria levado à rivalidade entre alemães e membros da Entente (Clark 2014, cap. 3).

Mas a existência desse sistema de alianças, como Clark muito enfatiza, não tornou a guerra inevitável. Os elementos que acionaram o sistema de alianças em algo explosivo teriam sido, sobretudo, o que Clark chama de “balcanização” do sistema, ou seja, a ligação cada vez mais forte que Alemanha e França passaram a ter com Áustria-Hungria e Rússia, respectivamente, no conflito que estas últimas potências desencadearam por áreas de influência nos Bálcãs. Nesse sentido, Clark é um dos vários historiadores que entendem que a centralidade para compreendermos o início da 1ª Guerra Mundial passa pelo local onde de fato o conflito começou, ou seja, pelos Bálcãs, envolvendo Sérvia, Áustria-Hungria, Rússia e Império Turco-Otomano.

Em uma segunda perspectiva interpretativa, bem diferente desta que até agora apresentamos, encontram-se os autores que tendem a culpabilizar um estado específico (ou um grupo de estados específicos) para o início do conflito. O símbolo dessa interpretação, com várias ramificações, é o trabalho de Fritz Fischer (1967). Fischer argumenta que a 1ª Guerra teria sido fruto de um projeto hegemônico e expansionista da Alemanha na Europa, e que esse projeto teria tido relação com a necessidade de a elite germânica, sobretudo a elite aristocrática nacional (*junker*), de canalizar conflitos sociais domésticos para a arena internacional. Nesse sentido, a tese de Fischer pode ser vista como próxima à tese de Mayer, com a diferença de que Mayer enxergava o tal “primado da política doméstica” (*Primat der Innenpolitik*) como algo que havia sido exercido sobre todos os países beligerantes; enquanto Fischer, como algo que recaía apenas sobre a Alemanha.

Fischer recuperaria, portanto, a tese de culpabilização da Alemanha embasado em significativa pesquisa empírica – na verdade, seu trabalho seria o primeiro a ter acesso a todos os documentos alemães disponíveis sobre a 1ª Guerra, antes indisponíveis para pesquisa (o único grupo documental aberto até então havia sido um conjunto de documentos alemães publicado pelo próprio governo germânico nos anos 1920). Foi nesse sentido que a tese de Fischer ganhou forte impacto na historiografia, e foi ampliada/modificada por vários outros trabalhos, mesmo que mantida em seus traços fundamentais.

Há estudos que, como o de Fischer, culpabilizam um único estado pelo início do conflito, mas tendem a colocar o foco da culpa em outro país que não a Alemanha. Exemplos são as obras de Samuel Williamson Jr., que atribui responsabilidade principal a Viena, e o livro de Niall Ferguson, que faz o mesmo, mas com foco na Grã-Bretanha. O próprio Eric Hobsbawm, apesar de não descartar a importância de fatores sistêmicos, sobretudo as disputas imperialistas e a expansão do capitalismo em escala internacional, dá ênfase à rivalidade entre Grã-Bretanha e Alemanha, deixando a entender que a dinâmica da disputa entre essas duas potências teria sido responsável pela escalada do conflito (Henig, 1991).

Tendo apresentado brevemente como o tema das origens da 1ª Guerra é trabalhado por historiadores das relações internacionais, analisa-se na próxima seção o modo pelo qual esse objeto é discutido em Teoria de RI, com foco na área de Política Internacional.

3. ORIGENS DA 1ª GUERRA MUNDIAL SOB A PERSPECTIVA DA CIÊNCIA POLÍTICA

Os estudos sobre causas de guerra interestatal – o que, por sua vez, exclui estudos sobre causas de guerras civil ou do terrorismo – são geralmente divididos pela Ciência Política em teorias realistas, teorias liberais e teorias da paz democrática (Levy 2012, 581-2).

Como o objetivo aqui é ilustrar como se constrói a explicação das causas da 1ª Guerra Mundial no âmbito da Ciência Política de um ponto de vista nomotético, optou-se por analisar a teoria dominante em RI: o realismo. De acordo com Vasquez (1998), a tradição realista, que inclui Tucídides, Maquiavel, Clausewitz e Hobbes, dominou por muito tempo os estudos das causas da guerra interestatal. No século XX, quatro intelectuais se tornariam expoentes modernos dessa tradição: Hans Morgenthau (1948), Raymond Aron (1966), Kenneth Waltz (1979) e John Mearsheimer (2001).

Os realistas acreditam que guerras ocorreriam de duas maneiras: por agressão predatória, na qual um Estado insatisfeito com a sua posição internacional usaria a força para atingir seus objetivos; ou defesa, como resultado da percepção de ameaça proveniente de outro Estado. Assim, a constante busca do Estado por segurança, seja por propósitos defensivos ou agressivos, geraria aquilo que realistas denominam de “dilema da segurança”, ou seja, medidas de segurança tomadas por um Estado aumentariam a percepção de ameaça por outros, e vice e versa (Jervis, 1978). Presos nessa lógica, guerras podem começar por conta de razões específicas ligadas a erros de percepção (Jervis, 1976) ou inadvertidamente (Van Evera, 1984).

Autores realistas dividem-se em realistas ofensivos e realistas defensivos. Esses campos têm diferentes visões sobre como se daria a operacionalização do “dilema da segurança” dentro de uma estrutura internacional anárquica. Para Levy (2012), por exemplo, realistas ofensivos, representados por Mearsheimer, argumentam que o sistema internacional seria tão hostil que a incerteza sobre intenções de rivais levaria grandes potências a adotar uma estratégia ofensiva de expansão de poder como melhor forma para se sentirem seguras. Essa expansão passaria pela consolidação de uma hegemonia regional – e posteriormente global – que leva muitas vezes à necessidade de fazer guerra (Mearsheimer, 2001). Realistas defensivos, por sua vez, representados por Kenneth Waltz, argumentam que a anarquia não necessariamente forçaria Estados a iniciar guerras. Na verdade, ao buscar o aumento de suas capacidades como forma de se preparar para o conflito, estados mais poderosos acabariam se equilibrando em termos de poder (Waltz, 1979).

Sendo assim, pergunta-se: como autores realistas (ofensivos e defensivos) entendem as causas da 1ª Guerra Mundial? Ou melhor, qual o papel do estudo sobre as causas da 1ª Guerra Mundial na construção teórica desses dois grupos da escola realista?

À primeira vista, o caráter parcimonioso e nomotético do realismo defensivo deixa claro que pouco importaria estudar as causas da 1ª Guerra especificadamente. Para Waltz (1979, 1989), por exemplo, a própria menção ou análise direta da 1ª Guerra Mundial ou de qualquer outra guerra não seria relevante para construção teórica. Waltz (1989) argumenta que a teoria realista não procura explicar uma guerra particular, mas sim como guerras acontecem ao longo da História. Assim, não caberia ao realismo indicar as intrigas específicas que marcaram o início de conflitos particulares, mas sim, apontar para aspectos estruturais desses eventos, que, seja por design ou acidente, teriam dado início aos mesmos.

Mais recentemente, contudo, alguns estudos têm demonstrado que outros autores defensivos (Jervis, 1976; Van Evera, 1984; Snyder, 1984) entendem que as causas da 1ª Guerra Mundial podem ser entendidas como um caso clássico de “dilema de segurança”. Assim, ainda que as causas imediatas da 1ª Guerra possam ser reduzidas à exacerbação de erros de percepção e radicalismos domésticos, aspectos estruturais de um “dilema de segurança” teriam sido determinantes para colocar os países envolvidos em uma situação na qual a única solução fora, exatamente, o conflito aberto. A causa imediata da 1ª Guerra pode até não ter sido intencional, argumentam esses realistas defensivos, mas os aspectos estruturais ligados ao dilema da segurança e ao desequilíbrio de poder foram, sim, fatores decisivos.

O realismo ofensivo, por sua vez, entende o “dilema de segurança” dentro de uma espiral cuja centro seria a contínua ação de expansão de poder de grandes potências. Apesar disso, a causa fundamental ainda estaria em uma constante tentativa de expansão de poder dessas potências. Não coincidentemente, é interessante notar que a obra mais importante do realismo ofensivo – a de Mearsheimer (2001) – cita diversas vezes o livro do historiador Fritz Fischer

(representante da posição historiográfica que culpabiliza a Alemanha pelo início do conflito), exatamente para embasar a tese do expansionismo hegemônico alemão.

Tendo apresentado sumariamente as principais abordagens da História e Política Internacionais sobre a 1ª Guerra, a seção seguinte discute os resultados da integração entre as áreas a partir da experiência didática que tivemos no bacharelado em RI. Destaca-se de que modo, apesar das dificuldades de integração entre disciplinas, as áreas de História e Ciência Política, dentro de uma visão neopositivista, podem apresentar resultados muito profícuos quando combinadas em sala de aula.

4. RESULTADOS DA INTEGRAÇÃO ENTRE HISTÓRIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS E POLÍTICA INTERNACIONAL

A experiência implementada entre o segundo semestre de 2015 e o primeiro semestre de 2017, equivalendo a duas turmas do bacharelado de Relações Internacionais, mostrou-nos que, do ponto de vista didático, os alunos beneficiaram-se pelo menos de duas maneiras diferentes da integração temática das disciplinas de História e Teoria das RI.

Em primeiro lugar, o curso de História das RIs, pelo fato de não ter almejado seguir uma linha enciclopédica da história das relações internacionais do século XX, permitiu ao corpo discente ter uma visão muito mais crítica sobre a construção do saber historiográfico, desmistificando perspectivas – bastante presentes no ensino de História pré-universitário – de que História se refere, sobretudo, à apreensão de fatos objetivos e inequívocos sobre o passado.

Em um curso panorâmico, é muito difícil (para não dizer impossível) que o professor consiga apresentar de modo aprofundado perspectivas e interpretações diferentes relativas a um mesmo fenômeno. Em uma disciplina temática, porém, com foco exclusivo – no nosso caso, em origem das guerras (1ª e 2ª Guerras Mundiais e Guerra Fria) –, é possível destinar um bloco de aulas para analisar diferentes interpretações sobre um mesmo processo histórico, enfatizando fraquezas e pontos fortes dos argumentos e evidências empíricas apresentadas por cada abordagem. Após essa experiência, o modo pelo qual alunos leem textos de História (e, ousaríamos dizer, de outras disciplinas também) mudou significativamente: teses e argumentos de uma determinada produção historiográfica deixaram de ser naturalizados, como se representassem fatos objetivos e incontestáveis, permitindo ao corpo discente questionar os fundamentos da posição do autor de maneira mais consistente.

O segundo benefício decorrente da experiência que realizamos – e talvez o mais importante – deu-se com a disciplina Teoria de Relações Internacionais. Já esperávamos que o curso de Teoria de RI fosse mais beneficiado (do ponto de vista do processo de aprendizagem discente) do que o de História das Relações Internacionais, já que o curso de Teoria é posterior na grade curricular. Na medida em que uma das principais preocupações teóricas da área de RI é, exatamente, a questão da origem de guerras no sistema internacional, e tendo em vista que as perspectivas teóricas tradicionais da área, sobretudo as diferentes vertentes realistas, utilizam-se

muitas vezes de exemplos históricos para ratificar, comprovar ou exemplificar argumentos teóricos, o fato de os alunos terem tido uma bagagem consistente dos debates historiográficos sobre a origem das guerras do século XX alterou de maneira radical a maneira pela qual eles receberam o conteúdo da disciplina de Teoria das RI.

O exemplo que demos na seção anterior sobre realismo ofensivo e 1ª Guerra Mundial ilustra de modo claro essa questão. Nas aulas destinadas à análise da abordagem realista ofensiva, que utiliza como texto básico o capítulo de Mearsheimer (2001) sobre a origem da 1ª Guerra Mundial, o resultado didático foi significativo. Uma parte considerável do corpo discente levantou durante a aula o problema de Mearsheimer ter baseado sua argumentação acerca do expansionismo germânico pré-1914 única e exclusivamente na obra de Fritz Fischer – que, não à toa, como já assinalamos, é uma das obras fundadoras da perspectiva historiográfica de culpabilização germânica para o conflito, e que havia sido trabalhada com profundidade no curso de História das RIs. Discentes tenderam a contrapor, em maior ou menor grau, cada um dos argumentos apresentados por Mearsheimer fundamentando a ofensividade de Berlim antes da guerra, trazendo à tona, entre outros, pontos construídos pela abordagem historiográfica não-“culpacionista” das origens da 1ª Guerra Mundial, sobretudo os argumentos de Clark (2014) acerca do modo pelo qual atitudes de vários atores políticos do sistema internacional teriam acabado por criar, inadvertidamente, condições para a eclosão do conflito.

Mesmo nos encontros destinados à análise da perspectiva realista defensiva em seu formato mais abstrato e ahistórico, em particular mediante leitura de excertos de Waltz (1979, 1989), o impacto do aprendizado que os alunos tiveram no curso de História das RIs fez-se presente. Por instigação do professor, argumentos lógicos construídos por Waltz para validar proposições do realismo defensivo foram contrapostos a interpretações historiográficas sobre origens de guerra no século XX, notadamente a da 1ª Guerra Mundial, que iam frontalmente de encontro às proposições do autor, como o próprio caso da historiografia (representada por Fischer e outros) que responsabiliza determinados estados nacionais para a eclosão do conflito de 1914. No geral, portanto, percebemos que a integração temática das disciplinas de História das Relações Internacionais e Política Internacional proporcionou um importante amadurecimento acadêmico do corpo discente, tanto no que se refere ao modo como alunos se posicionam diante da construção do saber historiográfico, quanto na maneira pela qual encaram abordagens teóricas de RI.

Ficou claro, portanto, que o fato de a disciplina de História ter sido anterior à disciplina de Teoria de RI ajudou na construção de pensamento crítico por parte dos alunos sobre as causas de guerras e sua relação com teorias realistas discutidas em sala. Isto é, dado que ambas as teorias realistas puderam ser questionadas tendo como base diferentes correntes historiográficas sobre o fenômeno da 1ª Guerra Mundial, como seria possível (re)construir uma teoria geral a partir das evidências trazidas nas aulas de História? Dado que isso não era viável de ser feito sem um estudo sistemático das causas de guerras interestatais no plural, o alunado mais atento observou como

evidência e teoria precisam ser sistematicamente criticados e problematizados em sua complexa inter-relação.

Reconhece-se, por outro lado, que a escolha didática de integração disciplinar por nós realizada possui um importante limitador, presente sobretudo na disciplina História das RIs. Para viabilizar o formato aqui proposto, o curso de História precisa perder seu caráter abrangente, deixando de analisar vários tópicos de importância incontestável para a formação de um internacionalista (por exemplo, a evolução da Guerra Fria e de seus diferentes impactos no Terceiro Mundo). Nossa experiência didática anterior, porém, em particular nos cursos de graduação de História ministrados nos anos de 2013 e 2014, mostrou-nos que um curso panorâmico de História também tem importantes limitações. Poucos anos depois de terem realizado o curso, os alunos que não mantiveram contato constante com temas de História das RIs acabaram simplesmente por esquecer-los, exatamente porque esses temas tiveram que ser tratados de forma panorâmica. Por outro lado, a possibilidade de trabalhar poucos – mas fundamentais – temas em profundidade, analisando-os sob diferentes perspectivas historiográficas, como foi feito nesse exercício didático, tende a oferecer aos discentes um instrumental teórico-metodológico precioso em História das RIs. Não só alunos tendem a ser muito mais críticos a textos históricos, como a compreender a fundo o processo de construção do saber histórico, levando-o para outras disciplinas da área de História do currículo de Relações Internacionais.

Por fim, a experiência de integração disciplinar aqui relatada trouxe-nos benefícios que foram muito além da sala de aula. Enquanto pesquisadores em História e Teoria baseados em um curso que, desde o seu nascedouro, tem uma proposta multidisciplinar – ou seja, que concebe a formação do internacionalista a partir de docentes especializados em um conjunto de disciplinas vistas como chave para a formação de bacharéis em RI (Ciência Política, Direito, Economia e História), mas não que não sejam eles próprios (docentes) necessariamente internacionalistas –, tivemos a oportunidade de construir uma experiência didática e acadêmica interdisciplinar riquíssima, com impacto na nossa própria forma de ensinar e pesquisar Relações Internacionais.

CONCLUSÕES

Este artigo buscou sintetizar os principais resultados de uma experiência de integração disciplinar realizada no bacharelado em Relações Internacionais do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo entre 2015 e 2017 pelas disciplinas História das RIs (2º semestre de 2015/2016) e Teoria das Relações Internacionais (1º semestre de 2016/2017). Por meio de uma integração temática (origem de guerras) e epistemológica (neopositivismo) das áreas de História e Ciência Política, mostrou-se neste artigo, via análise de caso (origem da 1ª Guerra Mundial), os benefícios advindos do ponto de vista didático e acadêmico para historiadores e cientistas políticos que um projeto de migração de uma multi para uma efetiva interdisciplinaridade pode trazer.

Didaticamente, nossa experiência comprovou que o aprendizado do corpo discente tanto no que se refere à construção do saber histórico, no sentido de desmistificação da existência de uma única História-verdade para cada processo analisado, quanto à percepção crítica diante das várias abordagens teóricas de RI, avançou significativamente como produto da integração disciplinar. No geral, ao longo do tempo, alunos mostraram-se mais críticos na leitura de textos históricos – contestando argumentos e evidências apresentadas por autores – e, sobretudo, mais questionadores diante da maneira pela qual teóricos de RI apresentam seus modelos e baseiam argumentos para sustentá-los.

Academicamente, nossa experiência de integração disciplinar deixou claro que pesquisas nas áreas de História e Teoria das RI podem beneficiar-se mutuamente, e de modo bastante significativo, de uma interdisciplinaridade efetiva entre História e Ciência Política. Conceitos desenvolvidos por teorias de RI tem o potencial de iluminar a construção de saberes históricos, enquanto debates historiográficos sobre determinados episódios ou processos pretéritos podem relativizar determinadas abordagens teóricas, refinando-as e complexificando-as.

Contribuições futuras enriqueceriam sobremaneira o debate pedagógico aqui proposto por meio de tentativas de integração disciplinar entre História das Relações Internacionais e Política Internacional que incluíssem perspectivas epistemológicas pós-modernas e, sobretudo, por meio do desenvolvimento de formas de medição do impacto de experiências interdisciplinares dessas áreas no processo de ensino-aprendizagem discente.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aron, R. (1966). *Peace and War. A Theory of International Relations*. Garden City, NY: Doubleday and Company.
- Bandarra, L. (2010). “História e teoria das relações internacionais: uma relação conflituosa?”. *Fronteira*, 9(17), p. 67-89.
- Callard, F., e Fitzgerald, D. (2015). *Rethinking Interdisciplinarity across the Social Sciences and Neurosciences*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan.
- Clark, C. (2014). *Os sonâmbulos. Como eclodiu a Primeira Guerra Mundial*. São Paulo: Cia. Letras.
- Elman, C. e Elman, M. (2008). “The Role of History in International Relations”. *Millennium: Journal of International Studies*, 37(2), p. 357–64.
- Fischer, F. (1967). *Germany's Aims in the First World War*. Londres: W.W. Norton.
- Frodeman, R. (2014). *Sustainable Knowledge. A Theory of Interdisciplinarity*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan.
- Henig, R. (1991). *As origens da Segunda Guerra Mundial, 1933-1939*. São Paulo: Ática.
- Hobson, J. M. e Lawson, Geroge. (2008). “What is History in International Relations?” *Millennium: Journal of International Studies*, 37(2), p. 415–435.

Jervis, R. (1976). *Perception and Misperception in International Politics*. Princeton, N.J.: Princeton University Press.

Jervis, R. (1978). "Cooperation under the Security Dilemma". *World Politics*, 30(2), p. 167–214.

Levy, J. S. (1997). "Too Important to Leave to the Other: History and Political Science in the Study of International Relations". *International Security*, 22(1), p. 22-33.

Levy, J. (2012). "Interstate War and Peace", in: Carlsnaes, Walter *et al* (ed.) *Handbook of International Relations*. London: SAGE Publications, p. 581-606.

Mearsheimer, J. (2001). *The Tragedy of Great Powers Politics*. Londres: W. W. Norton & Company.

Morgenthau, H. (1948). *Politics Among Nations: Struggle for Power and Peace*. Nova Iorque: Alfred A. Knopf.

Smith, T. W. (1999). *History and International Relations*. International Relations. Londres: Routledge.

Snyder, J. (1984). "Civil-Military Relations and the Cult of the Offensive, 1914 and 1984". *International Security*, 9(1), p. 108–46.

Van Evera, S. (1984). "The Cult of the Offensive and the Origins of the First World War". *International Security*, 9(1), p. 58-107.

Vasquez, J. A. 1998. *The Power of Power Politics: From Classical Realism to Neotraditionalism*. Cambridge: Cambridge University Press.

Ventura, D. e Lins, M. A. (2014). "Educação Superior e Complexidade: Integração entre disciplinas no Campo das Relações Internacionais". *Cadernos de Pesquisa*, 44(151), p. 104–31.

Waltz, K. (1979). *Theory of International Politics*. Nova Iorque: Waveland Press.

Waltz, K. (1989). "The Origins of War in Neorealist Theory", in: Robert Rotberg e Theodore Rabb (ed.) *The Origin and Prevention of Major Wars*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 39-52.